



# VARIAÇÃO PRAGMÁTICA: CORTESIA LINGUÍSTICA E INTERCOMPREENSÃO CULTURAL ENTRE BRASILEIROS E PORTUGUESES

Ana Paula Quadros Gomes (UFRJ)  
[anaquadros@letras.ufrj.br](mailto:anaquadros@letras.ufrj.br)

**RESUMO:** A pesquisa sociolinguística obteve importantes avanços nos últimos cinquenta anos. Muitas diferenças entre a língua vernacular brasileira e o de Portugal já estão descritas. Embora já seja consensual que o português falado no Brasil (PB) tem regras fonológicas, morfológicas, morfossintáticas, sintáticas e prosódicas distintas das presentes na gramática do português falado em Portugal (PE), a ponto de, em certos momentos, não haver inteligibilidade entre brasileiros e portugueses, pouco já foi investigado sobre as regras pragmáticas que distinguem o PB do PE. Este artigo se propõe como um levantamento inicial, impressionístico, descritivo, de pontos que merecem e precisam ser pesquisados mais a fundo com metodologia variacionista, na intenção de inspirar trabalhos mais profundos sobre o tema, que venham a preencher o vácuo existente na literatura atual. Defendemos que muitos dos mal-entendidos entre falantes de PB e de PE não pode ser atribuído a diferenças nas regras sintáticas, morfológicas ou pelo léxico, mas é um produto de duas pragmáticas diferentes. Ainda que portugueses e brasileiros possam compreender as palavras e frases que ouvem na estrutura em que foram construídas, essas palavras remetem mutuamente a atitudes pragmáticas diferentes. Para uma boa compreensão intercultural, não basta compartilhar regras sintáticas e léxico: faz-se necessário dominar o vínculo pragmático entre cada sentença e a situação de mundo em que ela é empregada naquela sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Variação pragmática; Intercompreensão cultural; Sociolinguística

**ABSTRACT:** Researches in Sociolinguistic field made important advances in the past fifty years. Sociolinguistics have already found and described many distinctions between the Brazilian vernacular language and that of Portugal. Although linguists nowadays converge about the idea that Brazilian Portuguese (BP) has many phonological, morphological, morphosyntactic, syntactic and prosodic rules so different from the ones found in the European Portuguese (EP) grammar, to a point that can compromise the intelligibility between Brazilians and Portuguese people, very little research was done in variation on the pragmatic field. This article is intended as an initial, general, descriptive survey of points that deserve and need to be further investigated within a variationist methodology. We hope to inspire future works on the theme, which will fill the existing gap in the current literature. We argue that a number of the misunderstandings between PB and PE speakers cannot be attributed to differences in syntactic, morphological or lexical rules, but is rather a product of two distinct pragmatics. Despite the fact that Portuguese and Brazilians may perfectly understand the words and phrases they hear from each other, arguably capturing their structure, these words will refer mutually to different pragmatic attitudes. When the goal is to reach a good level of intercultural understanding, sharing syntactic and lexical rules will not be enough. It will be also necessary to master the pragmatic links between each sentence and the world situation of employment in both societies.

**KEYWORDS:** Pragmatic variation; Cultural intercomprehension; Sociolinguistics



## 1. Introdução

Quem fala uma língua domina várias maneiras de expressar um mesmo significado. Esse domínio é importante não apenas para trocar informações, mas também para construir relacionamentos. Optar pela forma mais apropriada é investir na imagem social do falante. A melhor forma de se dizer alguma coisa depende de regras de cortesia. Compreendendo o valor de cada forma, o falante evita choques culturais e efeitos de sentido indesejáveis, garantindo seu bom trânsito no campo da cortesia e dos relacionamentos interpessoais. Cada falante apresenta uma imagem pessoal aos outros, positiva ou negativa. O campo da linguística que estuda como se constrói a imagem pessoal do falante é a pragmática, com suas teorias sobre a polidez linguística.

Nas nossas interações sociais, agimos por meio de palavras (Austin 1975). Há atos de fala muito recorrentes no convívio social, como desculpar-se, pedir favor, aceitar ou recusar convites etc., que têm custo diferente para os interlocutores. Por exemplo, quem dá uma ordem pode ser visto como mandão, seco ou rude. Usar linguagem indireta é uma boa estratégia para diminuir o custo de certas interações sociais. O chefe que disser “Por favor, você se importaria de ir buscar um café para mim?”, em vez de dar a ordem “Vá já pegar um café para mim!”, será visto com mais simpatia.

Em todas as culturas, a linguagem indireta é uma estratégia de atenuação. Certos atos de fala colocam em risco a face do falante, podendo lhe trazer prejuízo social ou até material (Pinker 2008). Por exemplo, um motorista retido pela autoridade por estar acima da velocidade permitida pode pensar em escapar de pagar a multa de duzentos dólares oferecendo cinquenta dólares ao policial. Ele diria: “Tome cinquenta dólares e me deixe continuar viagem sem multa”. Mas só haverá vantagem para o infrator se o policial aceitar a proposta. O motorista não sabe se o policial é ou não corruptível. Se formular a proposta abertamente, em linguagem direta, poderão acontecer duas coisas: (1) o policial desonesto aceita a proposta, gerando economia de cento e cinquenta dólares (saindo sem multa); (2) o policial honesto prende o motorista por tentativa de suborno, além de cobrar a multa, aumentando seu prejuízo. Porém, apenas insinuando, o

motorista minimiza o risco. Assim, o motorista astuto diz algo como: “Vamos resolver isso amigavelmente? Estou com muita pressa”. O policial vai entender que se trata de uma oferta indireta de suborno. Poderá aceitá-lo; caso o policial seja honesto, ainda assim ele não poderá punir o motorista por suborno, pois a linguagem indireta depende da interpretação. O motorista pode alegar que não queria burlar a lei, mas apressar a aplicação da multa para prosseguir viagem. Esse é um exemplo de como a linguagem indireta minimiza potenciais custos sociais (e monetários).

## **2. Intercompreensão cultural entre brasileiros e portugueses**

Embora seja um princípio geral de pragmática que a linguagem indireta protege a imagem do falante, algumas culturas recorrem mais à forma indireta que outras. Quanto mais indireta a abordagem, maior a polidez. Leech (1983) chama de Máxima do Tato, no Princípio da Polidez, a minimização do custo ao outro. Brown e Levinson (1987) veem certos atos de fala como ameaças à face negativa<sup>1</sup>, ou seja, como expõem um dos falantes, ou tendo um custo maior para um deles. Por exemplo, ouvir recusas é sempre embaraçoso. Principalmente na cultura brasileira, recusas precisam ser atenuadas, para contemplar o Princípio da Polidez. Embora alguém a quem se peça dinheiro emprestado esteja em posição de negar, no Brasil um simples “não” é uma resposta rude. Uma resposta como “Gostaria de ajudar, mas não disponho dessa quantia” é muito mais bem recebida. Isso vale para pedidos de doações a organizações beneficentes, esmolas etc. Enfim, para os brasileiros, é falta de educação não “querer” ajudar; é preciso não “poder” ajudar. Na cortesia brasileira, é preciso levar o outro a acreditar que, se não fosse a existência de um impedimento alheio à vontade do solicitado, a ajuda seria dada. Assim também se age ao receber um convite social. Para

---

<sup>1</sup> A Máxima da Polidez explica como a relação entre os participantes de uma conversa regula a escolha de suas estratégias em Atos de Fala. A face é, *grosso modo*, a imagem do falante em sua comunidade. A face positiva está vinculada ao desejo de ser aceito e admirado, e a face negativa está vinculada à preocupação de evitar imposições. Atitudes que ameaçam esses desejos constituem ameaças à face. Os falantes buscam preservar sua face, protegendo-se de possíveis ameaças a ela, ao escolher o modo de agir por palavras que tenha menor custo.



não ofender quem convida, para não ser rude, o convidado tem de dar a entender que gostaria muito de ir, apesar de estar impedido.

Podemos ir ainda mais longe, e afirmar que a cultura brasileira não vê negativas e recusas com bons olhos, causando estranhamento a estrangeiros. O professor de Harvard William Ury disse a uma revista que «brasileiro não gosta de falar não» (Juliboni 2014). «Eles dizem ‘sim, sim, sim’, mas, no fundo, queriam dizer ‘não’», diz ele. O brasileiro evita uma recusa direta porque ela fere a máxima da cortesia. Outra face da pragmática brasileira são as promessas não cumpridas. O carioca, por exemplo, habitualmente diz a seus conhecidos “Passa lá em casa!”, mas sem fornecer seu endereço. O “Passa lá em casa!” costuma vir junto com o “Vamos marcar alguma coisa?” ou o “Eu te ligo!”, promessas vazias, muito repetidas nas interações sociais, mas nunca cumpridas. Por exemplo, se um carioca reencontrar um conhecido depois de muito tempo, demonstrará entusiasmo com o reencontro. Os dois conversarão por horas. Na despedida, o carioca dirá: “Vamos marcar um novo encontro?”. O outro perguntará: “Para quando?”. Ao que o carioca responderá “Eu te ligo!”. Mas o telefonema nunca vai acontecer. É só um modo de falar, sem consequências.

Tanto os portugueses quanto os brasileiros empregam eufemismos e diminutivos: a forma “Posso pedir um favorzinho?” é preferida a “Faça-me um favor”, assim como “Falta só uma coisinha (para eu poder ir embora).” é preferida a “Vai demorar para eu ir.”. Falar mal de alguém é descortês. Em vez de dizer “João está gordo.”, é preferível dizer “João está fortinho.”, que é um comentário menos negativo. Pela mesma razão, se uma amiga quiser apresentar à outra seu irmão, arranjando um encontro romântico às escuras entre eles, pode surgir a pergunta: “Mas ele é bonito?”. A resposta “Ele é simpático!” vai ser compreendida como afirmando que o candidato tem outras qualidades positivas, mas não se destaca pela beleza. Responder “Ele não é bonito.” ou “Ele é feio.” seria condenável. É sempre melhor destacar outras qualidades positivas a avaliar negativamente aquela que é o tópico da conversa. A máxima da cortesia estabelece que se evite apontar defeitos nas outras pessoas.

Há muito em comum entre a pragmática do falante do português do Brasil e do europeu, mas há também diferenças marcantes. Uma delas é quanto à forma de tratamento. O brasileiro tem ‘você’ como a forma neutra, não-marcada, aceitável em todas as situações. Para marcar cerimoniosamente relações verticais, de desigualdade de poder, há a forma de tratamento “senhor(a)”, usada pelos jovens que se dirigem a mais velhos e pelos empregados que falam a seus superiores; as formas “seu José” e “dona Maria” são usadas por jovens para falar com pessoas mais velhas, mas inferiores na hierarquia de comando institucional, tal como faxineiros e porteiros. A forma “doutor” é usada para médicos, dentistas, e por motoristas de táxis ou outros prestadores de serviço para mostrar deferência diante de clientes bem trajados. Em alguns lugares do Brasil, como Rio de Janeiro e Santos, “tu” é usado para marcar intimidade entre iguais: amigos chegados, namorados etc. Nos demais casos, a forma de tratamento normal no Brasil é “você”. Todavia, o uso de “você” não está sempre de acordo com as regras de polidez de Portugal (Cintra 1972; Menon 2006; Faria 2009; Guilherme e Bermejo 2015). Nas situações de maior formalidade, os portugueses empregam “o senhor” / “a senhora” (Guilherme e Bermejo 2015); um pouco menos formal é chamar a pessoa de “o menino”/ “a menina”, ou pelo nome. Por exemplo, falando com a Maria, será mais polido o José dizer: “A Maria quer um rebuçado?” a dizer “Você quer um rebuçado?”. Mais informal ainda que “você” é o “tu”, reservado ao tratamento dos íntimos. Em Portugal, o falante em posição hierárquica inferior deve evitar tratar o superior por “você”, pois seria indelicado (Faria 2009; Guilherme e Bermejo 2015) – o aluno português, por exemplo, não chama seu professor de “você”. É interessante notar como uma palavra tão comum como “você”, mantendo seu significado linguístico (pronomes de segunda pessoa) para todos os falantes em língua portuguesa, apresenta valores pragmáticos tão distintos em Portugal e no Brasil: é irrestritamente usada no Brasil, mas está restrita a situações de semi-informalidade em Portugal.

Dimensões da comunicação como o princípio da cortesia (Brown e Levinson 1987) determinam uma pragmática intercultural, ou, na visão sociolinguística, uma variação pragmática. Componentes culturais e pragmático-discursivos determinam compreensões diferentes das mesmas expressões linguísticas por parte de portugueses e

de brasileiros. Um dado cultural importante é a memória histórica de que Portugal colonizou o Brasil. Já foi observado que as ex-colônias retratam em suas piadas o ex-colonizador como “burro”. É uma espécie de “vingança” humorística contra o domínio colonial. Um advogado, Cristiano Parísio (2014), ficou intrigado pela pergunta «por que nós brasileiros achamos que o português é burro?», e ofereceu esta resposta singela:

Tudo ocorre por uma simples confusão cultural. Quem nunca contou uma piadinha de português? Em todas as anedotas mantém-se perene a ideia do português burro. Não obstante, isso ocorre por um hábito típico do brasileiro, a retração contextual da informação que queremos passar, ou seja, preguiça mesmo de dizer a frase toda. Como assim? Os brasileiros têm por praxe perguntar: ‘Você tem relógio?’, quando o correto seria: ‘Você tem relógio? Porque eu gostaria de saber as horas?’. Contudo, se você perguntar ao português se ele tem relógio ele vai responder: ‘Tenho sim, um Citizen!’ Aí você cai na pele do português chamando-o de burro<sup>2</sup>, simplesmente porque você não conhece o comportamento lusitano num diálogo, e, na verdade, o ignorante é você. Porque em Portugal não se tem o hábito da retração da mensagem ao seu interlocutor.

A intuição do Dr. Parísio sobre as diferenças pragmáticas entre Brasil e Portugal foi reforçada pela sua experiência em reuniões de negócios envolvendo portugueses e brasileiros. Uma anedota mostra a natureza da barreira ao entendimento. Diz o advogado:

Um caso verídico aconteceu numa grande empresa em que acionistas vindos de Portugal, após a reunião de negócios, decidiram trocar números de telefone para manter contato, e o brasileiro perguntou ao investidor português qual era o celular dele. O acionista português respondeu que o celular dele era Nokia. O brasileiro não se conteve e caiu na risada, causando um mal-estar muito grande para os pares presentes.» Essa anedota ilustra como a pragmática brasileira é distinta da portuguesa. Ao perguntar a alguém “Qual é o seu celular?”, o brasileiro espera como resposta o número, considerando ser óbvio para o seu interlocutor que seu desejo é obter uma maneira de o contactar a seguir. Mas as palavras usadas são perfeitamente compatíveis com uma pergunta sobre o fabricante do celular, um interesse possível se quem pergunta estiver admirando as funcionalidades do aparelho do acionista português. A reformulação

---

<sup>2</sup> Naturalmente, o objetivo do cronista é chamar a atenção do brasileiro médio para o fato que erra quem culpa o português médio por uma incompreensão mútua que é fruto de diferenças “culturais”. Já na nossa análise, tais diferenças não são exatamente “culturais”, mas de ordem pragmática.

da pergunta como “Qual é o número do seu telefone celular?” ou como “Qual é a marca do seu celular?” resolveria a ambiguidade (os portugueses preferem o termo “telemóvel” e o brasileiro, o termo “celular”, mas esta discussão é sobre a pragmática, não sobre o vocabulário, uma vez que as diferenças de léxico são muito mais facilmente contornáveis que as “culturais”).

Quando o advogado menciona o hábito brasileiro da retração de informação, ele está reconhecendo que um pouco mais de especificidade evitaria a outra interpretação. Porém, não se trata apenas de ser mais específico. As duas interpretações são igualmente legítimas, em termos linguísticos. Portugueses e brasileiros compartilham muitas regras da língua portuguesa, mas não compartilham a pragmática. A anedota ilustra o fato de que a cultura brasileira favorece tanto certa interpretação que o brasileiro nem cogita que possa haver outro entendimento. Se alguém interpreta as palavras de outro modo, também autorizado pela língua, essa interpretação diversa provoca o estranhamento e o riso.

A Pragmática determina que uma pergunta simples como “O que aconteceu?” receba respostas diferentes, conforme a situação de uso. Se a pergunta é feita a alguém que está chorando, a resposta mais apropriada oferecerá a razão para a tristeza; por exemplo, “O meu cachorro morreu”. Se o trânsito à frente está parado, e o motorista fala a quem trafega na direção oposta, a pergunta será entendida como um pedido de explicação sobre a lentidão do tráfego, e a resposta dada será algo na linha de “Houve um acidente grave três quilômetros à frente.”. Por outro lado, se quem está assistindo a um jogo de futebol se levanta para ir buscar uma cerveja, e, quando está diante da geladeira, ouve gritos de comemoração, ao perguntar para o amigo que permaneceu atento ao aparelho de televisão “O que aconteceu?” ouvirá algo como “O Flamengo fez um gol”. A mesma pergunta recebe distintas respostas porque as pessoas são cooperativas e querem dar às outras a informação relevante. A isso o filósofo Paul Grice chamou “Princípio da Cooperação” (Grice 1982). A mesma pergunta é interpretada de uma forma numa situação em que é dirigida a uma criança que chora na calçada, de outra numa situação de engarrafamento e de outra ainda numa situação de acompanhamento de jogo televisionado porque o que está acontecendo acrescenta

informações à forma linguística. Em sua Teoria da Conversação, Grice (1982) chamou a essa capacidade de relacionar a situação de fala com o conteúdo linguístico de Máxima da Relevância. Essa habilidade permite grande economia ao sistema linguístico, pois uma mesma expressão funciona muito bem em distintos contextos. A máxima de relevância torna desnecessário trocar a pergunta genérica “O que aconteceu?” por “Por que você está chorando?”, no primeiro caso, “Por que o trânsito está parado?”, no segundo, e “Por que estão gritando no estádio de futebol?”, no terceiro. Porém, aquilo que é visto como relevante numa situação é condicionado pela cultura. Na anedota do Dr. Parísio, o olhar brasileiro não podia enxergar como relevante no contexto da pergunta “Qual é o seu celular?” nada além da troca de números de telefone. Mas o olhar português não descartou as outras possíveis saliências contextuais, e priorizou o interesse pela performance daquele modelo e marca de aparelho. Falantes profundamente imersos na própria cultura tendem a considerar a sua pragmática como universal.

### **3. Reflexos das diferenças pragmáticas na construção da imagem do outro**

O imaginário brasileiro sobre os portugueses, e vice-versa, reflete diferenças pragmáticas. O português residente no Brasil Rui Carvalho adverte, em crônica (Carvalho 2005) sobre a existência de «uma armadilha perigosíssima que espera todos os brasileiros desavisados», a que ele chama de «linearidade lógica dos portugueses, aquela mania de interpretar tudo ao pé da letra, de responder exatamente ao que se perguntou e mais nada!». Carvalho (2005) conta a seguinte piada para ilustrar tal linearidade lógica. No texto citado, cujo autor nasceu em Portugal, mas se dirige a leitores brasileiros, lemos:

A bordo de um avião da TAP, a comissária (hospedeira de bordo em português) pergunta solene ao executivo brasileiro sentado na primeira classe: “Ora boa noite, o senhoire açaita jantare?, ao que o distraído passageiro responde: ‘E quais são as opções, senhorita?’. Imediatamente a lógica linear portuguesa entra em cena e a hospedeira dispara, incrédula: ‘Ora pois meu senhoire, as opções, evidentemente, são: sim ou não?!?’.



A falta de entendimento entre o passageiro brasileiro e a aeromoça portuguesa, como atesta a crônica de Carvalho, não se deveu a barreiras de outro nível de descrição linguística: ambos dominam o significado linguístico de todas as palavras que trocaram. De novo, temos aí um retrato de variação pragmática: a pergunta “Quais são as opções?” está sujeita à Máxima da Relevância. No contexto de serviço de bordo, para um brasileiro, a única resposta adequada diria se ele poderia optar entre frango e legumes ou carne e macarrão, por exemplo. Afinal, informar sobre as opções do cardápio daria prosseguimento ao serviço de bordo, possibilitando que o passageiro recebesse a refeição escolhida. Mas, segundo a crônica de Carvalho, parece que para um português, há outras saliências no contexto. Uma vez que o diálogo tinha estabelecido uma oferta da parte da aeromoça, para ela o mais natural é que o passageiro quisesse ser orientado sobre como reagir a tal oferecimento. As opções a que ele se referia teriam de ser um pedido de esclarecimento sobre a reação adequada ao ato de fala dela. Logo, as diferenças na interpretação não se ligam à compreensão do que foi dito (à pergunta “Quais são as opções?”), mas à compreensão do não-dito, do implícito. O brasileiro deu sua aceitação da oferta por tacitamente embutida na sua demonstração de interesse pelos itens do cardápio, presumindo que seria óbvio para a aeromoça que, se ele queria saber o que poderia comer, ele queria jantar. Já a aeromoça da crônica interpretou a ausência de uma resposta direta à pergunta que ela formulara como um sinal de dúvida sobre qual seria o comportamento socialmente aceitável nessas circunstâncias, assumindo que o passageiro pedia orientação sobre como se comportar. Como diz Carvalho (2005), “se a pergunta é se o senhor aceita jantar, qualquer ignorante devia saber que as únicas opções possíveis de resposta, são, evidentemente, ‘Sim!’ ou ‘Não!’”. Evidentemente, o brasileiro também acha óbvio que “quais são as opções” seja uma pergunta sobre aquilo que a companhia aérea oferece para comer. Quando se toma a própria cultura como universal, não se cogita que a Máxima da Relevância possa selecionar fatos salientes no contexto diversos daquele que a sua comunidade de fala seleciona. E a escolha mais frequente em sua comunidade soa como óbvia e única. Qualquer entendimento diferente será visto como falta de inteligência.



## 4. A presença de pesquisas sociolinguísticas sobre a variação pragmática

Portugal e Brasil são reconhecidos pelo senso comum como países que falam a mesma língua, mas com diferenças culturais que podem provocar falhas na comunicação ou gerar mal-estar. Do ponto de vista científico, o motor desses embates é a variação pragmática. As estratégias de cortesia utilizadas na interação linguística são definidas por fatores contextuais, tais como a familiaridade e solidariedade entre o falante e o ouvinte, o poder relativo existente entre os interlocutores e o custo de um ato comunicativo para as partes envolvidas (Brown e Levinson 1987). Esses fatores contextuais são definidos cultural e situacionalmente. As mesmas produções linguísticas podem assumir conotações diferentes porque as máximas conversacionais de Grice (1982) vão funcionar de modo muito distinto em sociedades diferentes. Para conhecer as estratégias linguísticas mais adequadas a cada situação social, em determinada sociedade, o estudante de português como segunda língua terá de se inteirar a respeito de como a Máxima da Relevância opera naquela comunidade linguística. As barreiras ao entendimento entre portugueses e brasileiros são muito mais pragmáticas do que fonológicas, prosódicas, lexicais, morfossintáticas ou sintáticas. Para sabermos mais, um programa de investigações sobre a variação pragmática precisa ser iniciado. Convocamos os sociolinguistas a esmiuçarem esses fatos linguísticos

## Referências

AUSTIN, John L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1975.

BROWN, Penelope/ Levinson, Stephen. **Politeness: Some Universals in Language Usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARVALHO, Rui. **A lógica linear dos portugueses**. <<http://www.ruicarvalho.com.br/site/cronicas/alogicalineardosportugueses.pdf>> - acesso 16-07-2018.



CINTRA, Luís Filipe Lindley. **Sobre “formas de tratamento” na língua portuguesa.** Lisboa: Horizonte, 1972.

FARIA, Rita de Mendonça Freire Nogueira. **O Fenómeno da Delicadeza Linguística em Português e em Inglês.** Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências Sociais Humanas, Universidade Católica Portuguesa (UCP), 2009.

FERNANDES, Gonçalo. O princípio da cortesia em português europeu. **Actes du XXVe Congrès International de Linguistique et de Philologie Romane:** 39-48, 2010.

GRICE, Herbert Paul. Lógica e Conversação. In: Dascal, Marcelo (ed.). **Fundamentos metodológicos da linguística: problemas, críticas, perspectivas da linguística.** São Paulo: Unicamp, 1982. pp.81-103.

GUILHERME, Ana Rita Bruno/ Bermejo, Víctor Lara. Quão cortês é você? O pronome de tratamento você em Português Europeu. **Labor Histórico** 1 (2): 167-180, 2015.

JULIBONI, Márcio. **“Brasileiro não gosta de falar não”, diz um dos maiores negociadores do mundo**  
<<https://www.istoedinheiro.com.br/noticias/negocios/20141222/brasileiro-nao-gosta-falar-nao-diz-dos-maiores-negociadores-mundo/218341>> - acesso 16-07-2018.

LEECH, Geoffrey N. **Principles of Pragmatics.** (Longman Linguistics Library 30). London /New York: Longman, 1983.

LEVINSON, Stephen C. **Pragmatics.** (Cambridge Textbooks in Linguistics). Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

MENON, Odete Pereira da Silva. A história de você. In: Guedes, Marymarcia; Berlinck, Rosane de Andrade; Murakawa, Clotilde de Almeida Azevedo. (Orgs.). **Teoria e análise lingüísticas: novas trilhas.** Araraquara (São Paulo): Cult. Acadêmica, 2006. pp.99-160.

PARÍSIO, Cristiano. **Você sabe porque achamos que o Português é burro?**  
<<http://curiosidadejuridicadodia.blogspot.com/2014/04/voce-sabe-porque-achamos-que-o.html#.W0ilqJkG2x> Cristinao Parísio> - acesso 13-07-2018.

PINKER, Steven/ Nowak, Martin A./ Lee, James J. The logic of indirect speech. **Proceedings of the National Academy of sciences** 10 (3): 833-838, 2008.

SEARLE, John R. **Expressão e significado: estudos da teoria dos atos da fala.** São Paulo: Martins Fontes, 1995.

Recebido Para Publicação em 19 de janeiro de 2020.

Aprovado Para Publicação em 30 de maio de 2020.